

SUMÁRIO

Parte 1 AUDIÊNCIA TRABALHISTA

Capítulo 1 – Procedimentos	3
1.1. Rito Ordinário	3
1.2. Rito Sumaríssimo	6
1.3. Rito Sumário (ou “Rito de Alçada”).....	9
1.3.1. Impugnação ao Valor da Causa.....	11
Capítulo 2 – Ajuizamento da Reclamação Trabalhista	13
2.1. Interrupção da Prescrição	16
2.1.1. Interrupção da Prescrição Bienal e Parcial	19
2.1.2. Interrupção da Prescrição – Reclamação Ajuizada por Sindicato na Qualidade de Substituto Processual.....	21
Capítulo 3 – <i>Jus Postulandi</i> – Análise Crítica	22
Capítulo 4 – Mandato, Procuração, Contrato de Honorários e Honorários Advocatícios Sucumbenciais	25
4.1. Honorários Advocatícios Sucumbenciais – Reforma Trabalhista	39
4.2. Mandato Tácito e Procuração <i>Apud Acta</i>	43
Capítulo 5 – Citação	45
Capítulo 6 – Ausência das Partes à Audiência	49
6.1. Ausência do Reclamante à Audiência – Arquivamento da Reclamação... ..	50
6.2. Perempção Trabalhista	53
6.3. Ausência do Reclamado à Audiência – Revelia e Confissão Ficta.....	55
6.3.1. Revelia da Pessoa Jurídica de Direito Público	61
6.4. Súmula 122 do TST – Cancelamento Tácito.....	62
6.5. Preposto.....	63
6.5.1. Advogado e Preposto – Possibilidade de Cumulação das “Funções”	68

Capítulo 7 – Da Responsabilidade por Dano Processual	71
7.1. Multa sobre testemunha que “Mentir” – Inconstitucionalidade do Art. 793-D da CLT	74
Capítulo 8 – Atraso do Juiz e Atraso das Partes à Audiência	76
Capítulo 9 – Tentativa de Conciliação	82
9.1. Transação e Renúncia	85
9.2. Termo de Conciliação Judicial.....	88
9.3. Colusão e Simulação	91
9.4. Discriminação da Natureza das Verbas.....	94
9.5. Homologação de Acordo Extrajudicial	102
9.5.1. Modelo de Ação de Homologação de Acordo Extrajudicial...	104
Capítulo 10 – Defesa	107
10.1. Exceção de Incompetência Territorial	111
10.1.1. Conflito de Competência	113
10.2. Contestação.....	116
10.2.1. Questões Preliminares (Objecções).....	117
10.3. Reconvenção	120
10.4. Defesa Direta (Mérito)	121
Capítulo 11 – Instrução	123
11.1. Depoimento Pessoal.....	132
11.2. Testemunhas	134
11.2.1. Contradita – Testemunha Incapaz, Impedida ou Suspeita	141
11.2.2. Súmula 357 TST – “Troca de Favores” – Análise Crítica.....	145
11.2.3. Depoimento, Inversão das Testemunhas e Gravação dos Depoimentos.....	147
11.3. Prova Documental	151
11.4. Prova Pericial	158
11.5. Inspeção Judicial.....	170
Capítulo 12 – Razões Finais	171

Parte 2
PRÁTICA TRABALHISTA

Capítulo 1 – Confecção de Peças Profissionais	175
--	-----

Capítulo 2 – Reclamação Trabalhista	177
2.1. Endereçamento – Designação da Autoridade Competente.....	178
2.2. Qualificação das Partes.....	179
2.2.1. Quem Pode Ajuizar Reclamação Trabalhista?	181
2.2.1.1. Empregador	181
2.2.1.2. Sindicato.....	182
2.2.1.3. Trabalhador Avulso	183
2.2.1.4. Pequeno Empreiteiro.....	185
2.2.1.5. Representante Comercial.....	186
2.2.1.6. Profissional Liberal.....	186
2.2.1.7. Servidor Público.....	188
2.2.2. Se a Empresa Falir, Contra Quem Vou Ajuizar a Reclamação?.....	190
2.2.3. Se o Empregado Falecer, Quem Poderá Ajuizar Reclamação Trabalhista?	193
2.2.4. No Caso de Terceirização, Contra Quem Vou Ajuizar a Reclamação?.....	199
2.2.4.1. A Terceirização depois das decisões do STF	207
2.2.5. No Caso de Sucessão Trabalhista, Contra Quem Vou Ajuizar a Reclamação?.....	213
2.2.6. No Caso de Empregado de Empreiteira, Contra Quem Vou Ajuizar Reclamação?	217
2.2.7. Existindo um Grupo Econômico, Isso Afeta a Reclamação?	222
2.3. Causa de Pedir	225
2.3.1. Lesão	229
2.3.2. Princípios do Direito do Trabalho e Causa de Pedir	230
2.3.2.1. Análise Concreta dos Princípios do Direito do Trabalho	231
2.3.3. Elaboração da Causa de Pedir	241
2.4. Do Pedido.....	243
2.4.1. Salário-condição.....	247
2.4.2. Verbas Rescisórias	251
2.5. Do Valor da Causa	265
2.6. Honorários Advocatícios Sucumbenciais	266
2.7. Tutela de Urgência Antecipada.....	268
2.8. Modelo de Reclamação Trabalhista	271
Capítulo 3 – Inquérito para Apuração de Falta Grave	274
3.1. Modelo de Inquérito Judicial.....	278

Capítulo 4 – Ação de Consignação em Pagamento	282
4.1. Modelo de Ação de Consignação em Pagamento.....	284
Capítulo 5 – Contestação	287
5.1. Questões Preliminares	289
5.1.1. Inexistência ou Nulidade da Citação	289
5.1.2. Incompetência Absoluta.....	290
5.1.3. Inépcia	293
5.1.4. Perempção Trabalhista	295
5.1.5. Litispendência e Coisa Julgada.....	296
5.1.6. Da Convenção de Arbitragem	298
5.1.7. Observações Finais.....	298
5.2. Mérito	299
5.2.1. Das Questões Prejudiciais de Mérito	300
5.2.1.1. Da Negativa de Vínculo Empregatício	303
5.2.1.2. Prescrição.....	306
5.2.1.2.1. Prescrição parcial e prescrição bienal ...	306
5.2.1.2.2. Ajuizamento de reclamação trabalhista e interrupção da prescrição	311
5.2.1.2.3. Benefício previdenciário e aposentadoria por invalidez – situação da prescrição ..	312
5.2.1.2.4. Protesto judicial	313
5.2.1.2.5. Imprescritibilidade das ações declaratórias.....	314
5.2.1.2.6. Prescrição total (também chamada de prescrição do “ato único”).....	314
5.2.1.2.7. Prescrição no caso de dano moral/material/estético	317
5.2.1.2.8. Prescrição no caso de morte do empregado quando o sucessor é menor de 18 anos...	319
5.2.1.2.9. Comentários à OJ 401 da SDI-1	320
5.2.1.2.10. Aviso prévio – início da bienal prescrição – momento para a arguição da prescrição	323
5.2.1.2.11. Súmulas e orientações jurisprudenciais sobre prescrição ainda não citadas	325
5.2.1.3. Decadência	327
5.2.2. Das Demais Questões de Mérito	330
5.2.2.1. Questões Meritórias Comuns no Processo Trabalhista...	331

5.2.3. Compensação.....	336
5.2.4. Dedução.....	337
5.2.5. Retenção	338
5.2.6. Modelo de Contestação	338
Capítulo 6 – Exceção de Incompetência Territorial	341
6.1. Efeitos do Pré-contrato na Competência Territorial	343
6.2. Exceção de Incompetência Territorial – Procedimento e Modelos...	345
Capítulo 7 – Suspeição e Impedimento	350
7.1. Modelo de Petição de Arguição de Suspeição (Aplicável ao Impedimento).....	353
Capítulo 8 – Reconvenção.....	354
Capítulo 9 – Recursos	361
9.1. Princípio do Efeito Devolutivo.....	363
9.2. Princípio da Irrecorribilidade Imediata das Decisões Interlocutórias ...	364
9.3. Pressupostos de Admissibilidade	369
9.3.1. Comentários a Dois Pressupostos que Geram Discussão quanto à Classificação.....	371
9.3.2. Comentários aos Pressupostos Objetivos	372
9.4. Recurso Adesivo e Rateio das Despesas Processuais.....	393
9.5. Remessa Necessária.....	395
Capítulo 10 – Recurso Ordinário	397
10.1. Modelos de Recurso Ordinário	403
10.1.1. Modelo de Recurso Ordinário nº 1	403
10.1.2. Modelo de Recurso Ordinário nº 2.....	408
Capítulo 11 – Recurso de Revista	413
11.1. Modelo de Recurso de Revista	423
Capítulo 12 – Agravo de Petição.....	430
12.1. Modelo de Agravo de Petição.....	434
Capítulo 13 – Agravo de Instrumento e Agravo Interno.....	439
13.1. Modelo de Agravo de Instrumento.....	445
Capítulo 14 – Embargos de Declaração.....	449
14.1. Modelo de Embargos de Declaração	453

Capítulo 15 – Embargos Infringentes (à SDC) e Embargos de Divergência (à SDI)	455
15.1. Embargos Infringentes (ou “Embargos à SDC”).....	455
15.2. Embargos de Divergência (ou “Embargos à SDI”)	456
Capítulo 16 – Mandado de Segurança	459
16.1. Modelo de Mandado de Segurança.....	473
Capítulo 17 – Processo de Execução – Embargos à Execução e Exceção de Pré-Executividade	474
17.1. Introdução.....	474
17.2. Liquidação de Sentença.....	477
17.3. Desconsideração da Personalidade Jurídica	479
17.4. Citação	481
17.5. Embargos à Execução	481
17.5.1. Embargos à Execução – Carta Precatória – Competência.....	486
17.5.2. Legitimidade Ativa.....	486
17.6. Prescrição Intercorrente.....	486
17.7. Exceção de Pré-executividade	488
17.8. Relativização da Coisa Julgada e Inexigibilidade do Título.....	488
17.9. Modelo de Embargos à Execução	491
Capítulo 18 – Ação Rescisória	493
18.1. Modelo de Ação Rescisória.....	500
Capítulo 19 – Embargos de Terceiro	501
19.1. Modelo de Embargos de Terceiro	502
Capítulo 20 – Ações Possessórias	503
Capítulo 21 – Da Arbitragem em Contrato Individual	505
Capítulo 22 – Comentários à Instrução Normativa 41/2018 do TST	507
22.1. Introdução.....	507
22.2. Comentários.....	508

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).